

A redução do texto constitucional a 250 artigos ainda o torna um dos mais prolixos do mundo.

O relator Bernardo Cabral insiste em afirmar que a Constituição deve ser sintética, defendendo a retirada da maioria dos artigos e a transferência de vários deles para as Disposições Transitórias e para o que ele denomina de Ato Adicional, no qual pretende colocar os dispositivos que tratam da pena de morte, do aborto, etc.

Encerrado na próxima terça-feira o prazo para recebimento de emendas, começa no dia seguinte o período de dez dias concedidos ao relator para a apresentação do substitutivo ao seu próprio projeto, cujos avulsos serão distribuídos aos parlamentares no próximo dia 24.

Há, porém, uma nova fase de emendas ao substitutivo que vai de 25 a 30 de agosto, e que serão base do novo projeto do relator a ser distribuído em avulso aos constituintes no dia 31.

O projeto de Constituição está tomando suas características.

Vários grupos estão examinando o texto e formulando emendas, já que regimentalmente não têm condições de apresentar um substitutivo.

Os blocos auxiliam as conclusões do relator, pois cada um desses grupos não partidários, organizados segundo tendências ou interesses existentes na Constituinte, formula propostas ao projeto do relator.

De posse dessas propostas, o relator pode apurar a média das opiniões dos constituintes e preparar o seu substitutivo que não será o último, pois ele tem, ainda, a responsabilidade de redigir um outro texto com base nas novas emendas apresentadas ao projeto que ele divulgará no dia 31, e este, com base nas emendas formuladas até quinta-feira.

Os diversos grupos que estudam

JORNAL DA TARDE

Constituinte

Como será o substitutivo do relator



Freitas Nobre

ANC PE

10 AGO 1987

o projeto surgiram mais em consequência de afinidades ideológicas ou interesses regionais, sendo mínima a influência partidária. Essa circunstância mostra a fragilidade dos partidos e a pobreza doutrinária de seus programas.

Mas ocorre, por circunstâncias várias, a integração de deputados de uma corrente doutrinária em blocos colidentes. Assim, num bloco progressista interpartidário, ao lado de Euclides Scalco e Wladimir Palmeira, sentam-se Virgílio Távora e Siqueira Campos. O mais compacto é o conservador que faz questão de marcar-se como o "bloco do centro" e que afirma constituir-se na maioria parlamentar. Aí discutem ou subscrevem documentos Afif Domingos e Cardoso Alves, ao lado de deputados como o líder do PTB, Gastone Righi.

O grupo dos 32, também conservador, reuniu-se sob a presidência do senador José Richa e já concluiu sua proposta, sendo um dos pontos mais importantes do seu trabalho a redução do texto. Suas propostas, no entanto, vêm recebendo muitas críticas relativamente ao retrocesso dos direitos sociais, como por exemplo, a emenda que fixa a aposentadoria

da mulher igual à do homem em 35 anos.

O contato com integrantes dos vários grupos nos permite concluir que o relator ao entregar seu substitutivo no próximo dia 24, estará aproveitando muitas dessas sugestões, porém não quer admitir retrocessos e afirma que "ou os grupos se entendem ou não haverá Constituição este ano". Para ele, existem pontos inegociáveis, pois não admite certas proposições como, por exemplo, a do plebiscito sobre o novo texto constitucional. Entende o relator que os constituintes já estão investidos na legítima representação popular para a redação da Carta. Alguns parlamentares de outro lado, limitam sua proposta sobre o plebiscito a duas questões: o período de mandato presidencial e o sistema de governo.

O relator enfrenta, também, a estrutura dos grupos religiosos com o chamado lobby santo dos católicos ou a bancada da fé constituída de 28 parlamentares protestantes que se denominam genericamente evangélicos.

Com estes, os problemas ficam mais fáceis, pois várias reivindicações são comuns, como a proteção à

vida desde a concepção (ponto já adotado por alguns grupos não religiosos contrários ao aborto) e a liberdade de culto, de pregações, rituais e cerimoniais. Este último ponto vem mobilizando, também, os espíritas e outros partidários da medicina alternativa e das faculdades paranormais, merecendo destaque a emenda patrocinada pelo programa de Augusto Cesar Vannucci, da TV Bandeirantes, que será entregue hoje, dia 10, propondo a proteção constitucional para "o exercício" e a prática da assistência e tratamento espiritual, desde que realizados gratuitamente". Os senadores Cid Carvalho e Ronan Tito e o deputado Mendes Ribeiro já assumiram o compromisso de acompanhar o grupo e subscrever a emenda, assegurando, assim, a tramitação e seu exame pela Comissão de Sistematização e até mesmo pelo plenário.

Esses lobbies religiosos funcionam como vasos comunicantes que independem de partidos e de grupos ideológicos, sendo possível encontrar entre os evangélicos um constituinte de esquerda como o deputado Lysâneas Maciel ou um conservador como Fausto Rocha.

Dos documentos desse grupo, um dos mais importantes é o que denuncia um "processo de corrupção desenfreada", e que foi entregue aos presidentes da República e da Constituinte, e que se casa com as emendas populares sugeridas por religiosos, resumindo um "apelo por um compromisso coletivo pela democracia", subscrito, entre outros, por dom Luciano Mendes de Almeida, secretário da CNBB, reverendo Nélson Campos Leite, da Igreja Metodista, bispo Olavo Luiz, da Igreja Episcopal do Brasil.

Alguns religiosos alimentam tanta esperança nos resultados do seu lobby que até já atualizaram o refrão: Deus escreve certo por linhas aparentemente tortas.